



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

Arqueologia, Colonialismo e Resistência dos Tupinambá de Belmonte na Costa do [Des]cobrimento do Brasil

Autoria: Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia (UFS - Universidade Federal de Sergipe), Spensy Kmitta Pimentel

A presença indígena no Nordeste do Brasil foi quase sempre invisibilizada no conjunto da formação populacional brasileira. Essa ‘invisibilidade’ ilusória, calcada na ideologia historicamente construída de ‘índios misturados’ foi [e ainda é] empregada para negar o direito à terra aos indígenas, retirando-lhes também, o reconhecimento de sua própria existência, colocando grandes desafios a arqueólogos e antropólogos. Na região conhecida como ‘Costa do Descobrimento do Brasil’, vivem os povos Tupinambá. Há alguns anos atrás, os tupinambás de Belmonte, um dos coletivos Tupinambá do sul do Estado da Bahia, propuseram a escavação arqueológica de uma urna funerária e reivindicaram a guarda da vasilha, mantida in situ após a escavação. Como disseram os tupinambás, a urna funerária foi a ‘retomada’. Retomada é o que diversos povos indígenas do Nordeste têm vivenciado cotidianamente e historicamente para recuperação de suas terras tradicionais. Em meio a um contexto histórico de violência e conflito, o lugar da urna funerária tornou-se espaço de reivindicação política e resistência dos Tupinambá de Belmonte na luta por seu território ancestral. Assim como os Tupinambá, a urna pertence ao ‘lugar’ e está sob os cuidados dos seres Encantados que protegem a Terra. A partir dessa experiência de arqueologia com o povo Tupinambá de



Belmonte, propomos refletir sobre a influência da visão colonialista de ?índios misturados? na primazia dos discursos não-indígenas sobre o passado dos povos indígenas do Nordeste e dos Tupinambá em particular.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: